

**SAUNDER TÉRCIO ROSA**

**GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL:  
PERSPECTIVAS ATUAIS E FUTURAS**

**Brasília – DF**

**2015**



**SAUNDER TÉRCIO ROSA**

**GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL:  
PERSPECTIVAS ATUAIS E FUTURAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em administração pública, sob orientação da professora Paula Pantoja.

**Brasília – DF**

**2015**

Rosa, Saunder Tércio.

Gestão da segurança pública no brasil: perspectivas atuais e futuras/ Saunder Tércio Rosa; Paula Pantoja. – Brasília – DF, 2015.

33f.

Monografia (Curso de Administração Pública) – Universidade Aberta do Brasil / Universidade de Brasília.

1. Administração Pública. 2. Gestão da Segurança Pública.

I. Título.

## RESUMO

A proposta central deste estudo foi desenvolver um levantamento teórico a respeito dos principais aspectos relacionados à gestão da segurança pública no Brasil, enfatizando a situação atual da segurança pública brasileira, tendências e perspectivas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, ou seja, todas as informações aqui apresentadas foram identificadas em obras como livros, artigos, documentos ou bases de dados virtuais. A pesquisa é do tipo descritiva e exploratória, pois descreve os dados identificados no levantamento bibliográfico e, também, faz uma exploração discursiva a respeito destes dados. No decorrer do estudo procurou-se analisar as origens e as causas principais da criminalidade no contexto social brasileiro atualmente. Também foram analisadas as principais diretrizes e perspectivas apontadas pelo Plano de Nacional de Segurança Pública (PNSP). O PNSP é o principal documento que apresenta os princípios e diretrizes que orientam o sistema de segurança pública brasileiro. No capítulo de desfecho do trabalho foram analisados quais seriam os principais desafios para a implementação de fatores inovadores na segurança pública brasileira. Os resultados demonstram que o desenvolvimento de políticas públicas em nível nacional é uma tarefa complexa e que exige a abordagem em diversas frentes, considerando o fato de que a criminalidade é um problema difícil de ser analisado integralmente. Além dos problemas de gestão da segurança pública, o estudo demonstra que a resistência policial, social e política são os fatores que mais dificultam a inovação na abordagem das políticas de segurança pública. A limitação da pesquisa consiste em ela ser especificamente conceitual e teórica, portanto, é importante que estudos futuros relacionem estes conceitos e estatísticas com estudos de casos empíricos, com o objetivo de ter uma perspectiva mais condizente com a realidade.

**Palavras-chave:** Gestão de Segurança Pública. Perspectivas sobre Segurança. Segurança Pública no Brasil.

## LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Medidas de combate ao narcotráfico e ao crime organizado .....	15
<b>Quadro 2:</b> Resultados esperados a respeito das medidas de combate ao narcotráfico e ao crime organizado .....	18 20
<b>Quadro 3:</b> Medidas de natureza normativa .....	20
<b>Quadro 4:</b> Resultados esperados das medidas de natureza normativa .....	21 22
<b>Quadro 5:</b> Medidas de natureza institucional .....	
<b>Quadro 6:</b> Resultados esperados das medidas de natureza institucional .....	

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 AS ORIGENS DA CRIMINALIDADE NO BRASIL .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1 O Estado e a Política de Segurança Pública no Brasil.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 As Causas da Criminalidade .....</b>	<b>10</b>
<i>2.2.1 Diagnóstico Regional .....</i>	<i>11</i>
<b>2.3 O Plano Nacional de Segurança Pública .....</b>	<b>12</b>
<i>2.3.1 O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania</i>	<i>13</i>
<b>3 MEDIDAS DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Medidas no Âmbito do Governo Federal: combate ao</b>	<b>19</b>
<b>narcocontráfico e ao crime organizado .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2 Medidas de Natureza Normativa: Aperfeiçoamento</b>	<b>24</b>
<b>Legislativo .....</b>	<b>25</b>
<b>3.3 Medidas de Natureza Institucional: Sistema Nacional De</b>	<b>26</b>
<b>Segurança Pública .....</b>	<b>27</b>
<b>4 DESAFIO PARA INOVAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO</b>	<b>28</b>
<b>BRASIL .....</b>	<b>31</b>
<b>4.1 A resistência da subcultura policial .....</b>	
<b>4.2 Resistência Cultural e Política .....</b>	
<b>4.3 Inovação na segurança e sua difusão .....</b>	
<b>CONCLUSÃO.....</b>	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados a segurança pública podem ser considerados como um dos mais importantes da gestão pública brasileira atualmente, principalmente pelo fato de que os índices de violência e criminalidade tendem a crescer constantemente. Neste sentido, considera-se pertinente desenvolver um estudo que possa analisar a situação da segurança pública nacional no contexto brasileiro.

Portanto, o problema que orienta a presente pesquisa é o seguinte: qual a situação atual da segurança pública brasileira e quais são as tendências e perspectivas futuras apontadas pelos especialistas?

A partir da definição do problema anterior, o objetivo principal da pesquisa consiste em efetuar um levantamento teórico a respeito dos principais aspectos relacionados à gestão da segurança pública no Brasil, enfatizando a situação atual da segurança pública brasileira, tendências e perspectivas.

Os objetivos específicos são os seguintes: 1) identificar a origem e as principais causas da criminalidade no Brasil no contexto atual; 2) analisar os princípios e diretrizes que orientam o Plano Nacional de Segurança Pública; 3) discutir os desafios enfrentados para o melhoramento da segurança pública brasileira.

O instrumento utilizado para o desenvolvimento do estudo é a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (GIL, 2007)

No que se refere aos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento deste estudo, a princípio é adequado salientar que trata-se de uma pesquisa especificamente teórica, ou seja, as informações que serão utilizadas no desenvolvimento do estudo foram identificadas e retiradas de fontes bibliográficas. O método foi o exploratório, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir

hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa. Segundo Gil (2007), do ponto de vista de seus objetivos esta pesquisa pode ser definida da seguinte forma:

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Já a pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007). Ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos. Segundo Gil (2007, p. 43), “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

O instrumento utilizado para o desenvolvimento do estudo é a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (GIL, 2007)

Considerando a proposta de desenvolvimento deste estudo, entende-se que sua importância se justifica pela abordagem de um tema de grande interesse para a sociedade e para os gestores de segurança pública e também, por oferecer informações que possam auxiliar novos estudos a respeito de temas relacionados ao desenvolvido neste artigo.

## 2 AS ORIGENS DA CRIMINALIDADE NO BRASIL

Diversas são as formas da criminalidade e suas peculiaridades mudam conforme os aspectos específicos das regiões do país e dos estados. Sendo o Brasil um país muito grande, pode-se deduzir que as manifestações de violência são muitas. Exemplos da diversidade:

“em algumas regiões, a maioria dos homicídios dolosos encerra conflitos interpessoais, cujo desfecho seria menos grave não houvesse tamanha disponibilidade de armas de fogo. No Espírito Santo e no Nordeste, o assassinato a soldo ainda é comum, alimentando a indústria da morte, cujo negócio envolve pistoleiros profissionais, que agem individualmente ou se reúnem em “grupos de extermínio”, dos quais, com frequência, participam policiais. Na medida em que prospera o “crime organizado”, os mercadores da morte tendem a ser cooptados pelas redes clandestinas que penetram as instituições públicas, vinculando-se a interesses políticos e econômicos específicos, aos quais nunca é alheia a lavagem de dinheiro, principal mediação das dinâmicas que viabilizam e reproduzem a corrupção e as mais diversas práticas ilícitas verdadeiramente lucrativas.” (SOARES, 2006, p. 91)

Pelo que se pode analisar na literatura, os principais índices de violência no Brasil, os crimes que mais se destacam são o tráfico de armas e drogas, sendo que existem diversas outras formas, desde a violência doméstica até crimes de maior gravidade.

“Essa matriz da criminalidade tem assumido uma característica peculiar, ao infiltrar-se e disseminar-se como estilo cultural e meio econômico de vida, com seu mercado próprio e lamentavelmente promissor. Exige, portanto, trabalho policial investigativo no combate às redes atacadistas, ações policiais ostensivas na contenção do varejo, mas, sobretudo, requer intervenção social preventiva bem coordenada, territorialmente circunscrita e sintonizada com a multidimensionalidade dos problemas envolvidos.” (SOARES, 2006)

Destes outros crimes, o que mais se destaca é a violência doméstica, mais especificamente a violência contra as mulheres e também contra crianças. Estes crimes estão crescendo cada vez mais na sociedade brasileira.

O dado mais surpreendente diz respeito à autoria:

“em mais de 60% dos casos observados, nas pesquisas e nos diversos levantamentos realizados no país, quem perpetra a violência é conhecido da vítima—parente, marido, ex-marido, amante, pai, padrasto etc. Isso significa que essa matriz da violência, apesar de merecer máxima atenção e de constituir uma problemática da maior gravidade para os que a sofrem ou testemunham, seja por suas consequências presentes, seja por seus efeitos futuros (as pesquisas mostram que quem se submeteu à violência, na infância, ou a testemunhou, tem mais propensão a envolver-se com práticas violentas, mais tarde), não é acionada por criminosos profissionais ou

por perpetradores que constroem uma carreira criminal.” (SOARES, 2006, p. 92)

Analisando o contexto apresentado pode-se observa que o Brasil apresenta uma necessidade urgente de melhorar a implantação de políticas específicas para atender a segurança pública da sociedade atual.

## **2.1 O Estado e a Política de Segurança Pública no Brasil**

Pode-se notar na literatura que a sociedade brasileira atual tem passado por várias transformações no que se refere a organização da segurança pública e política, que são setores de muita importância para todos os cidadãos.

O Brasil apresenta um contexto muito complexo em relação ao mundo criminal, devido a variedade de tipos de violência, e este fator exigem também que o Estado seja capaz de desenvolver políticas eficientes para conseguir lidar com estes problemas sociais. Em relação ao modelo de gestão da segurança pública atual há atores que afirmam que o mesmo tem sofrido mudanças. (ADORNO, 1996)

“No Brasil, a reconstrução da sociedade e do Estado democráticos, após 20 anos do regime autoritário, não foi suficientemente profunda para conter o arbítrio das agências responsáveis pelo controle da ordem pública. Não obstante as mudanças dos padrões emergentes de criminalidade urbana violenta, as políticas de segurança e justiça criminal, formuladas e implementadas pelos governos democráticos, não se diferenciaram grosso modo daquelas adotadas pelo regime autoritário. A despeito dos avanços e conquistas obtidos nos últimos anos, traços do passado autoritário revelam-se resistentes às mudanças em direção ao Estado democrático de Direito [...]” (ADORNO, 1996, p. 233).

Conforme se verifica o sistema de segurança pública brasileiro atual que é baseado na Constituição Federal de 1988 demonstra ter um compromisso legal com a segurança individual e coletiva. Infelizmente as políticas de segurança pública atual parece não conseguir resolver os problemas de criminalidade que fazem parte da sociedade brasileira. (CARVALHO; SILVA, 2003)

“Planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente dos recursos financeiros não têm sido procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, seja no executivo federal, seja

nos executivos estaduais. Desse ponto de vista, a história das políticas de segurança pública na sociedade brasileira nas duas últimas décadas se resume a uma série de intervenções governamentais espasmódicas, meramente reativas, voltadas para a solução imediata de crises que assolam a ordem pública [...]” (SAPORI, 2007, p. 109).

Segundo a literatura o modelo atual de segurança pública não tem implementado políticas públicas que atendam às necessidades urgentes da sociedade atual. Estas políticas de segurança referem-se basicamente a todos os meios legais de combate à criminalidade, como por exemplo a criação de leis, decretos e normas que possam tratar as diversas formas de violência que vão aparecendo. (CARVALHO; SILVA, 2003)

Como se pode ver a gestão da segurança pública é uma responsabilidade enorme que envolve uma diversidade de aspectos que devem ser considerados quando se vai elaborar as leis e normas para o combate a violência nos municípios, estados e no país inteiro.

Outro aspecto importante de salientar é que deve haver um entrosamento bem organizado dos vários órgãos que são responsáveis pelo combate a a criminalidade, como por exemplo, a polícia, o setor judiciário e legislativo. Neste sentido, é importante que estes órgãos públicos de segurança estejam adequadamente comprometidos e unidos para criar leis coerentes com a realidade.

## **2.2 As Causas da Criminalidade**

Claro que identificar as principais causas para a violência e o crime em um país inteiro não é tarefa fácil, principalmente por que a criminalidade envolve uma diversidade ampla de tipos de crimes, associada a dinâmicas sociais muito diferentes. Portanto, é importante entender que dificilmente seria possível identificar uma causa específica que sintetiza-se o complexo universo heterogêneo da criminalidade. (SOARES, 2006)

No contexto brasileiro, esta variedade de crimes é bastante extensa envolvendo crimes em todos os níveis sociais, desde os roubos praticados nas esquinas por crianças pobres que se drogam abandonados nas ruas, até os

crimes mais sofisticados relacionados ao tráfico de drogas e a corrupção política que atinge milhares de pessoas. Dentro deste diversificado universo da criminalidade uma coisa é certa, geralmente todos os tipos de crimes estão relacionados, direta ou indiretamente, formando uma rede complexa de ser classificada e, ainda mais, solucionada.

De modo geral, no contexto brasileiro, as causas gerais da criminalidade geralmente estão envolvidas com os altos níveis de pobreza e desigualdade, que são apontados como os principais condicionantes da criminalidade do país. Considerando este contexto intersubjetivo e diversificado da criminalidade brasileira é evidente que há a necessidade do desenvolvimento de políticas de segurança pública eficazes e capazes de amenizar as diversas frentes criminais da sociedade. (SOARES, 2006)

### *2.2.1 Diagnóstico Regional*

Em relação a efetivação de diagnósticos regionais, pode-se afirmar que não existem modelos únicos e gerais, que possam ser aplicados em todas as cidades de todo o país. Mas, a parâmetros que podem ser tomados sob uma perspectiva geral do problema da criminalidade, possibilitando a criação de políticas de segurança mais eficientes. O principal parâmetro geral é justamente ter muito cuidado com as generalizações.

A qualidade relativa as políticas de segurança pública estão diretamente relacionadas com a consistência de cada um dos programas propostos pela gestão pública, assim como depende da qualidade de cada projeto e da eficácia de cada ação empreendida. Esta consistência e eficiência dependem diretamente do conhecimento de cada bairro, região da cidade, praça ou rua. (SOARES, 2006)

Independente de qual seja o diagnóstico local sobre a dinâmica da criminalidade, é sempre importante que se faça o reconhecimento minucioso a respeito da multiplicidade de dimensões envolvidas: aspectos econômicos, estrutura familiar de cada localidade, condições habitacionais da região, acesso ao lazer social, oportunidades de emprego, perfil psicológico dos cidadãos, as

tendências regionais, movimentos sociais, dentre outros. Portanto, devido a diversidade de aspectos envolvidos no processo de diagnóstico da criminalidade é que se deve evitar uma visão genérica e abstrata, porém, deve ser baseada em estatísticas e estudos condizentes com a realidade específica de cada região. (SOARES, 2006)

### **2.3 O Plano Nacional de Segurança Pública**

O Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) utiliza um parâmetro teórico específico no que diz respeito ao desenvolvimento da política de segurança pública brasileira, cujo foco principal está relacionado a articulação ações de repressão e prevenção à criminalidade no país. (SALLA, 2003)

O PNSP recebe apoio financeiro direto do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNPS), que foi criado especificamente para subsidiar os programas relacionados ao combate à criminalidade e a violência na sociedade brasileira. Porém, infelizmente a formatação da política de segurança pública vigente não tem apresentado resultados satisfatórios para a realidade vivenciada no Brasil. De acordo com Fernando Salla,

“[...] o Plano Nacional de Segurança Pública [...] compreendia 124 ações distribuídas em 15 compromissos que estavam voltadas para áreas diversas como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado; o desarmamento; a capacitação profissional; e o reaparelhamento das polícias, a atualização da legislação sobre segurança pública, a redução da violência urbana e o aperfeiçoamento do sistema penitenciário. Uma novidade é que no plano, além dessas iniciativas na área específica de segurança, eram propostas diversas ações na esfera das políticas sociais. O plano, no entanto, não fixava os recursos nem as metas para ações. Ao mesmo tempo, não estavam estabelecidos quais seriam os mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação do plano” (SALLA, 2003, p. 430).

Conforme a citação anterior, percebe-se que o PNSP demonstra seu aspecto positivo ao possibilitar a institucionalização de importantes diretrizes direcionadas para a efetividade de ações de gestão da segurança pública, porém os avanços práticos ainda deixam muito a desejar. Os principais problemas do PNSP geralmente estão relacionados a indefinição de recursos

para a segurança pública, a falta de delineamento de metas e de modelos de avaliação de eficácia dos programas implementados, dentre outros.

Quando se trata de um problema complexo como é o caso da criminalidade, é importante haver a integração de toda a sociedade e não apenas de responsabilidade do governo. Considerando a grande dimensão e complexidade de uma política de segurança pública do Estado, é evidente que é fundamental a contribuição da sociedade. (SILVA; CARVALHO, 2011).

### *2.3.1 O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*

Em 2001 a ONG Instituto da Cidadania desenvolveu o Projeto de Segurança Pública para o Brasil que trouxe inovações significativas para o modelo de gestão de segurança nacional. A ideia principal do projeto consistiu em efetuar a reforma das instituições da segurança pública e efetivar a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com o objetivo de estabelecer ações articuladas, através de políticas preventivas, tendo um foco especial para a população jovem da sociedade brasileira (LOPES, 2009).

A política de segurança pública determinada pela implantação do SUSP tem como objetivo principal o controle e redução da violência e da criminalidade, estabelecendo um modelo planejado de ações integradas que agrega todos os órgãos da segurança pública.

Este modelo integrado de segurança pública que vem sendo utilizado até os dias de hoje pela gestão de segurança pública brasileira é baseado nos critérios e parâmetros determinados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que foi institucionalizado em 2007. (LOPES, 2009)

O Pronasci estabeleceu uma combinação de ações com políticas sociais direcionadas para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, mais especificamente nas áreas metropolitanas que apresentavam altos índices de violência. Neste sentido, foram determinadas metas e investimentos direcionados para a reestruturação do sistema de segurança de modo geral,

inclusive abarcando a esfera prisional e a redefinição de estratégias de ação e gestão dos presídios (LOPES, 2009). Com a institucionalização do Pronasci, surgiu um novo conceito relacionado a “segurança cidadã”, que

“[...] parte da natureza multicausal da violência e, nesse sentido, defende a atuação tanto no espectro do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Dessa forma, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações” (FREIRE, 2009, p. 105-106).

Como pode-se observar, o Pronasci é mencionado neste estudo pois é um programa que tem uma abordagem multidisciplinar em relação à questão da segurança pública. Além disto, com o Pronasci passou a haver uma perspectiva focada na democratização da política de segurança pública, possibilitando efetivamente a participação dos cidadãos de toda a sociedade neste processo.

“A perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc.” (FREIRE, 2009, p. 107).

Em seus fundamentos, o Pronasci pode ser concebido como uma política de segurança pública respaldada em princípios democráticos, na interdisciplinaridade e no respeito aos princípios humanistas, visando a integração participativa da sociedade e do Estado no desenvolvimento de valores culturais voltados para a justiça e pacificidade. (LOPES, 2009)

Entende-se que esta integração entre a sociedade e o Estado é o aspecto essencial para a elaboração de políticas de segurança públicas abrangente e eficazes pelo fato de que a criminalidade é um fenômeno que atinge todos os níveis sociais.

A seguir serão abordados algumas das principais ações estabelecidas pelo PNSP para o combate nacional a criminalidade, estas informações possibilitam ter uma noção mais clara a respeito dos critérios utilizados para a elaboração de políticas de segurança pública.

### **3 MEDIDAS DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

O PNSP é programa obviamente amplo e envolve uma série de medidas a respeito dos principais aspectos que envolvem a criminalidade no Estado brasileiro. Considerando a amplitude destas medidas e limitação desta pesquisa, optou-se por apresentar neste tópico as características de três medidas essenciais do PNSP, que são: 1) Medidas no Âmbito do Governo Federal: combate ao narcotráfico e ao crime organizado; 2) Medidas de Natureza Normativa e; 3) Medidas de Natureza Institucional.

#### **3.1 Medidas no Âmbito do Governo Federal: combate ao narcotráfico e ao crime organizado**

Estudos demonstraram que o aumento da criminalidade no Brasil está diretamente relacionado com a expansão do crime organizado e o narcotráfico sendo que estes dois fatores se apresentam como as duas principais causas da violência pública no país. (LOPES, 2009)

Este é um exemplo interessante de ser abordado nesta pesquisa pelo fato de que se refere ao combate de duas fontes poderosas da criminalidade no Brasil. As organizações criminosas e o narcotráfico movimentam uma gigantesca soma na economia nacional, além de influenciar a criminalidade em todos os níveis da sociedade.

Neste sentido, o PNSP propõe diversas ações para enfrentar os problemas relacionados a estas duas causas principais da criminalidade brasileira, conforme é apresentado no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Medidas de combate ao narcotráfico e ao crime organizado

## AÇÕES

### 1. Operações de Combate ao Narcotráfico

Desencadear no País operações sistemáticas de repressão ao tráfico de drogas, a partir de uma atuação conjunta da Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e demais órgãos de segurança pública dos estados localizados em regiões fronteiriças, com o apoio, ainda, do Ministério da Defesa. Terão prioridade imediata ações de repressão nas seguintes áreas: fronteira centro-oeste e fronteira norte.

### 2. Operações de Combate ao Contrabando e ao Descaminho

Promover esforços conjuntos dos órgãos do Sistema Nacional de Segurança Pública e Receita Federal, com o apoio do Ministério da Defesa, para conter o contrabando e o descaminho de bens e valores, por intermédio da ampliação de postos da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, para possibilitar uma massiva fiscalização em zonas de fronteiras. Seriam priorizadas de imediato as ações de repressão nas seguintes áreas: fronteira tríplice; fronteira Amapá-Pará-Guiana Francesa-Suriname e fronteira Amazonas-Colômbia.

### 3. Vigilância nas Fronteiras, Portos e Aeroportos

Incrementar a vigilância nas fronteiras, portos e aeroportos, aumentando o efetivo da Polícia Federal e da Receita Federal, estabelecendo operações inesperadas a serem realizadas conforme orientação dos dados obtidos pelo Subsistema de Inteligência. Isto permitirá uma ação sistemática e planejada de repressão, além da otimização de recursos e de pessoal. Assim, serão identificadas, de imediato, as áreas que possuem maior fragilidade de controle e vigilância, que terão prioridade de investimentos e incentivos creditícios. Observar cuidado com os aeroportos regionais, particulares e rurais, estabelecendo cadastro, controle, formas de uso e equipamentos existentes.

### 4. Repressão ao Tráfego Aéreo Ilegal e Interdição de Campos de Pouso Clandestinos

Interditar e destruir campos de pouso clandestinos, particularmente os próximos da faixa de fronteira, bem como intensificar a fiscalização do tráfego aéreo clandestino na mesma faixa, por intermédio do Ministério da Defesa, com planejamento de operações em áreas específicas, onde se pressupõe maior dificuldade de controle pelos sistemas já estabelecidos. Paralelamente, efetuar por intermédio do Departamento de Aviação Civil um recadastramento completo de aeronaves e promover estudos para a criação de um sistema de identificação de aeronaves nos moldes do Registro Nacional de Veículos Automotores.

### 5. Controle de Precursores Químicos e Substâncias Entorpecentes

Desenvolver, com base nos estudos e dados produzidos pela Secretaria Nacional Antidrogas e o Departamento de Polícia Federal, estratégias de fiscalização e repressão tanto para inibir a produção e comercialização de precursores químicos indispensáveis à obtenção da droga final, quanto para combater o tráfico ilícito dessas substâncias.

### 6. Combate à Lavagem de Dinheiro

Promover a devida qualificação de agentes públicos federais e estaduais na Escola de Administração Fazendária, na identificação de formas e métodos utilizados para lavagem de dinheiro, bem como reforçar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) com analistas capacitados, para ampliar a sua capacidade de atuação. Intensificar, também, a articulação com a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, de modo que ações conjuntas possam ser deflagradas, tornando mais eficaz a vigilância das movimentações financeiras.

### 7. Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC

Implantar, ainda este ano, os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC. O primeiro permitirá ações integradas de órgãos do Governo Federal na repressão de ilícitos e proteção ambiental na Amazônia Legal. O segundo, proporcionará a modernização dos sistemas de informação e tecnológico da Polícia Federal, que possibilitará ao Governo Federal contar com um sistema moderno e de precisão para o controle e vigilância da Amazônia.

### 8. Integração Operacional da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e entre as

### **Polícias Militar e Civil**

Propor ações de repressão conjunta entre as polícias Federal e Rodoviária Federal de modo a intensificar e incentivar sua integração operacional. Estimular a melhor integração entre as polícias civil e militar mediante harmonização das respectivas bases territoriais, sistemas de comunicação e informação, treinamento básico e planejamento comum descentralizado.

#### **9. Reestruturação Administrativa e Capacitação dos Quadros da Polícia Rodoviária Federal**

Promover o fortalecimento institucional e a reestruturação do quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal, adequando sua estrutura administrativa aos seus fins, assim como melhor capacitar seu quadro de servidores.

#### **10. Reestruturação da Academia Nacional de Polícia**

Promover a modernização da Academia Nacional de Polícia criando condições para que atue como centro de capacitação continuada do policial, visando uma ação policial mais eficiente e eficaz, baseada no respeito incondicional à lei e aos princípios de direitos humanos.

#### **11. Formação e Capacitação de Agentes da Polícia Federal**

Criar cursos de Altos Estudos voltados para uma melhor capacitação do policial federal no enfrentamento do crime organizado. Disseminar entre as Superintendências, por meio da Internet, informações que permitam ao policial ter acesso a pesquisas e banco de dados sobre ação policial e temas afins.

12. Reorientação do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL

Rever as normas e regulamentos do FUNAPOL, de modo a permitir que seus recursos sejam desonerados de despesas de custeio, possibilitando que os mesmos sejam utilizados para o reaparelhamento da Polícia Federal, particularmente na aquisição de viaturas e veículos especiais e investimentos em tecnologias de segurança e informação.

#### **13. Aumento do Número de Postos da Polícia Federal e Rodoviária Federal**

Instalar 21 novas delegacias de Polícia Federal, com prioridade para zonas de fronteira, e implantar, nas Superintendências Regionais, delegacias de direitos humanos, crimes ambientais e crimes cibernéticos.

#### **14. Aumento de Quadros, Estruturação e Reaparelhamento da Polícia Federal**

Propor Projeto de Lei ao Congresso Nacional reestruturando o quadro de pessoal da Polícia Federal, com a criação de duas mil novas vagas, entre delegados, agentes e peritos, para o desenvolvimento de atividades fim e para adequação da estrutura administrativa às novas necessidades, bem como realizar, ainda no presente ano, concurso público para o preenchimento de 491 vagas hoje existentes, levando em conta critérios que privilegiem a formação multidisciplinar e a diversidade da sociedade brasileira.

#### **15. Criação do Sistema Prisional Federal**

Criação do sistema prisional federal, com a construção, inicialmente, de uma penitenciária federal em Brasília.

#### **16. Criação dos Núcleos Especiais de Polícia Marítima - NEPOM**

Criar sete Núcleos Especiais de Polícia Marítima - NEPOM, nas unidades do Rio Grande/RS, Itajaí/SC, Vitória/ES, Paranaguá/PR, Foz do Iguaçu/PR, Recife/PE e Belém/PA, como instrumento de combate à pirataria e ao contrabando, com a colaboração da Marinha

Fonte: Brasil (2015)

Como pode se ver no quadro anterior, as medidas do PNSP em relação ao combate ao narcotráfico e ao crime organizado é amplo e envolve ações

diretas no território nacional, reestruturação física e tecnológica dos órgãos de segurança pública, o aumento do efetivo responsável pela execução das políticas de segurança, dentre outros.

A seguir apresenta-se quais são os resultados esperados após a implementação das medidas mencionadas anteriormente:

**Quadro 2:** Resultados esperados a respeito das medidas de combate ao narcotráfico e ao crime organizado

<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais narcotraficantes que atuam no Brasil identificados e legalmente responsabilizados.</li> <li>• Redução anual da entrada de drogas ilícitas no País.</li> <li>• Campos de pouso clandestinos no País interditados e destruídos.</li> <li>• Redução anual do contrabando.</li> <li>• Fronteiras, aeroportos e portos adequadamente controlados e vigiados.</li> <li>• Redução anual das operações financeiras ilegais.</li> <li>• PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC completamente instalados e funcionando.</li> <li>• Operações de repressão ao crime mais integradas e articuladas entre as forças públicas de segurança participantes.</li> <li>• Núcleos Especiais de Polícia Marítima - NEPOM criados e funcionando adequadamente.</li> </ul>

Fonte: Brasil (2015)

Percebe-se que a expectativa do combate ao narcotráfico e as organizações criminosas refere-se basicamente na amenização destes problemas no país por meio da desestruturação dos principais núcleos que estruturam e fomentam estas organizações.

A seguir são abordadas as medidas de natureza normativa estabelecidas pelo PNSP.

### **3.2 Medidas de Natureza Normativa: Aperfeiçoamento Legislativo**

O PNSP considera que é essencial, especialmente no contexto brasileiro, que sejam desenvolvidos recursos legislativos que apoiem o combate a criminalidade de forma efetiva e integrada com os órgãos executivos da segurança pública.

Ao mesmo tempo, além de buscar o aperfeiçoamento legislativo, pela elaboração de leis rigorosas de combate à criminalidade, o PNSP também demonstra a preocupação com a preservação dos Direitos Humanos e de um modelo de justiça democrático e eficaz. A seguir são demonstradas as principais ações voltadas para o aperfeiçoamento legislativo:

**Quadro 3:** Medidas de natureza normativa

<b>AÇÕES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Lei atualizando a Parte Geral do Código Penal</li> <li>• Modernização do Código de Processo Penal</li> <li>• Projeto de Lei reformulando o sistema de execução das penas</li> <li>• Projetos de Lei que reformulem ou tipifiquem algumas figuras delituosas da Parte Especial do Código Penal</li> <li>• Projeto de Lei alterando a Lei de Tóxicos</li> <li>• Projeto de Lei que permita uma punição mais eficaz ao contrabando</li> <li>• Projeto de Lei regulamentando a identificação criminal</li> <li>• Projeto de Lei para previsão de punição mais eficaz ao roubo e à receptação de cargas</li> <li>• Projeto de Lei que estabeleça punição severa a crimes contra policiais</li> <li>• Projeto de Lei que penalize a tentativa de fuga</li> <li>• Projeto de Lei que trate da infiltração policial e da inteligência de sinais</li> </ul>

Fonte: Brasil (2015)

Como se percebe no quadro anterior, as medidas de natureza normativa do PNSP buscam o aperfeiçoamento das leis mais importantes do país, que tratam sobre a determinação de proibições mais categóricas e de punições mais rigorosas dos crimes que mais assolam o Brasil. Os resultados esperados destas medidas são os seguintes:

**Quadro 4:** Resultados esperados das medidas de natureza normativa

<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade jurídica punitiva do Estado ampliada e melhorada com a aprovação e sanção das propostas legislativas, com absorção das modernas tendências do direito e processo penal.</li> <li>• Inibição das práticas ilícitas.</li> <li>• Sistema penal brasileiro mais moderno, ágil e eficaz.</li> <li>• Instrumentos mais eficientes de coerção aos novos tipos penais.</li> </ul>

Fonte: Brasil (2015)

Percebe-se no quadro anterior que a gestão nacional da segurança pública referente as medidas normativas esperam melhor punição para os crimes, assim como uma maior inibição das práticas ilícitas, além da

implementação de um sistema penal moderno e eficaz. A seguir são apresentadas as medidas do PNSP de natureza institucional.

### **3.3 Medidas de Natureza Institucional: Sistema Nacional De Segurança Pública**

O PNSP visa principalmente a construção de uma base de dados mais sólida através do estabelecimento de um sistema nacional de segurança pública que venha a otimizar o cadastro criminal unificado - INFOSEG, e, também, por meio da criação do Observatório Nacional de Segurança Pública, que é um órgão especializado na identificação e disseminação de projetos focados na prevenção e no combate da violência. A seguir são apresentadas as principais ações destas medidas de ordem institucional:

**Quadro 5:** Medidas de natureza institucional

<b>AÇÕES</b>
<p style="text-align: center;"><b>1. Programa de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG</b></p> <p>Estender para os estados a disponibilização dos dados atuais do INFOSEG nas áreas de segurança e justiça, de forma a permitir a integração e o acesso das informações de identidade criminal, de mandados de prisão e população carcerária entre todas as unidades federadas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2. Observatório Nacional de Segurança Pública</b></p> <p>Criar o Observatório Nacional de Segurança Pública, dedicado à avaliação de programas desenvolvidos em todo o País na área de segurança pública, identificação de experiências inovadoras e bem sucedidas para estímulo a sua reprodução em outros locais, com a sua divulgação e assistência aos órgãos interessados em adotá-las.</p>
<p style="text-align: center;"><b>3. Criação do Comitê de Acompanhamento e Integração dos Programas Sociais</b></p> <p>Estabelecer no Conselho de Governo um Comitê de Acompanhamento e Integração dos Programas Sociais, no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de integrar as políticas sociais do Governo Federal e desenvolver estratégias para incrementá-las, por intermédio de ações conjuntas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>4. Censo Penitenciário</b></p> <p>Realização periódica e nacional do censo penitenciário, de modo a possibilitar um planejamento adequado de previsões de vagas, ações</p>

gerenciais e melhoria do sistema.

### **5. Construção de Base Dados para o Acompanhamento das Polícias**

Criar um programa informatizado que permita acompanhar, por intermédio de planilhas, as características operacionais das forças policiais brasileiras, incluindo dados de desempenho, treinamento, ocorrências atendidas e transformadas em inquéritos, delitos esclarecidos, controle de munição e armamento, tipo de equipamentos utilizados, etc.

### **6. Pesquisa Nacional de Vitimização**

Realizar anualmente uma pesquisa nacional sobre vitimização.

Fonte: Brasil (2015)

Como fica evidente no quadro anterior, as medidas de natureza institucional mantem o foco no melhoramento das informações e estatísticas sobre a criminalidade e na elaboração de órgãos que avaliem e deem manutenção aos programas de segurança pública implementados no nível nacional.

A seguir são apresentados os resultados esperados a partir das medidas anteriores:

**Quadro 6:** Resultados esperados das medidas de natureza institucional

<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dados estatísticos disponíveis confiáveis e comparáveis.</li> <li>• Metodologias de coleta de informações e dados unificados e sistematizadas.</li> <li>• Todos os estados brasileiros produzindo dados e informações adequadamente.</li> <li>• Censo penitenciário realizado sistematicamente.</li> <li>• Pesquisa sobre vitimização realizada anualmente.</li> <li>• Políticas públicas de segurança planejadas e orientadas por informações de desempenho.</li> </ul>

Fonte: Brasil (2015)

Os resultados esperados referem-se ao desenvolvimento de sistemas de informações eficazes a respeito dos índices de criminalidade, além de bases de dados que ofereçam auxílio aos órgãos executivos da segurança pública.

No tópico seguinte serão discutidos os principais desafios para a inovação da segurança pública brasileira.

#### **4 DESAFIO PARA INOVAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

Desde a elaboração do projeto desta pesquisa, o principal objetivo do autor deste estudo foi o de buscar compreender da forma mais abrangente possível os principais aspectos relacionados a gestão da Segurança Pública no Brasil.

Neste sentido, por meio do estudo das obras selecionadas no levantamento teórico concluiu-se que a melhor forma de explorar um tema é abordando os conceitos e as teorias desenvolvidas pelos pesquisadores, mas, também, compreender os resultados destas teorias no contexto prático, na realidade da segurança pública na sociedade.

A partir desta perspectiva, considerou-se ser importante para a finalização deste estudo apresentar resultados que tivessem sido coletados em

um ambiente real, pois auxiliaria a concretizar a relação entre a teoria e a prática, a respeito do respectivo tema abordado.

Portanto, fez-se um levantamento bibliográfico a procura de algum estudo científico que tivesse abordado as principais tendências e desafios da gestão da segurança pública brasileira. Em nossa pesquisa selecionamos o trabalho desenvolvido por Rolim (2006), publicado na Revista Brasileira de Segurança Pública com o título “Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil”, que trata destes principais aspectos relacionadas a segurança pública, enfocando os aspectos reais que se tornam desafios para o melhoramento deste tipo de gestão.

Assim, a presente pesquisa assume, a partir de agora, o seu caráter descritivo e explicativo. Para o desenvolvimento da pesquisa descritiva é necessário que o pesquisador obtenha uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. A forma de abordagem deste tipo de estudo consiste em descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Neste sentido, será feita a descrição dos resultados obtidos por meio do estudo realizado por Rolim (2006) a respeito dos principais caminhos e desafios para a inovação do modelo de gestão pública aplicado no Brasil, pois considerou-se que a pesquisa deste autor é muito coerente com a proposta principal do presente estudo.

Em relação ao caráter descritivo de uma pesquisa, este tipo de pesquisa tem como interesse principal identificar os fatores e aspectos que são determinantes, ou, contribuem para a manifestação de determinados fenômenos. Segundo Gil (2007, p. 43), “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

#### **4.1 A resistência da subcultura policial**

A instituição policial obviamente se apresenta como um dos principais órgãos públicos responsáveis pela segurança pública e, portanto, é essencial

que uma política de segurança pública consciente vise melhorar a estrutura da polícia, para melhorar a abordagem da criminalidade e amenizar os índices de violência na sociedade.

Neste sentido, Rolim (2006) destaca que um dos fatores mais preocupantes em relação ao melhoramento das políticas públicas no caso do Brasil é justamente a resistência cultural da instituição policial em relação a novos valores que devem ser absorvidos para que as ações consequentes sejam coerentes com os objetivos determinados pelo PNSP.

“A cultura policial se marca, finalmente, por um conservadorismo intelectual que, sob a capa do pragmatismo, privilegia o olhar rasteiro, a tomada em consideração apenas dos elementos concretos e o antiintelectualismo. Tudo o que se apresenta sob a forma de inovação, de experimentação ou de pesquisa suscita reações de rejeição imediata. Pelo fato de ser redutora de incerteza, a reprodução do ‘eterno passado’ congela o universo policial em práticas rotineiras e bloqueia sua capacidade de se adaptar à mudança social.” (MONET, 2001, p.155)

Segundo Brodeur (2002, p. 265), a cultura policial tem está baseada na ideia inadequada de que os infratores devem ser tratados de modo duro e até violento, o que obviamente é uma concepção incoerente com a perspectiva democrática e justa que tenta ser implementada pelo PNSP, como visto anteriormente nesse estudo.

Neste sentido, é importante que todos os programas de combate à criminalidade que envolvam órgãos que já possuem uma tradicional cultura de valores sejam implementados de forma clara, conscientizando todos os envolvidos a respeito dos novos rumos a serem considerados e, principalmente, o por que destas mudanças. (CORDNER et al., 1991)

## **4.2 Resistência Cultural e Política**

Além da resistência específica de alguns órgãos, como a polícia, percebe-se que há uma resistência de renovação de valores na própria sociedade de na própria gestão política do país. Como esclarece Rolim (2006):

“É difícil estabelecerem-se posições do tipo estão consolidadas no senso comum ou se somente representam a aceitação genérica do discurso defensor do lema “lei e ordem” ou do receituário repressivo

proposto de forma militante pela maioria dos formadores de opinião no Brasil. Em outras palavras, seria preciso medir até que ponto a demanda punitiva disseminada socialmente não expressa, sobretudo, o discurso típico reproduzido pela mídia, mais do que uma posição autônoma da própria cidadania. Seja como for, a maior parte da mídia trata dos temas da segurança pública a partir de posições distorcidas e preconceituosas cujos efeitos políticos tendem a agravar os próprios problemas de segurança.” (ROLIM, 2006, p. 37)

Como se percebe, a exemplo do Brasil e outros países violentos, o senso comum da sociedade clama por ações efetivas para o combate a criminalidade, porém, trata-se de um movimento descentralizado e muitas vezes orientado por influências partidárias ou da mídia. Rolim (2006) explora esta perspectiva no nível político de gestão da segurança pública:

“Via de regra, os gestores da segurança pública no Brasil são pessoas que pouco ou nada sabem sobre o tema e que, não raro, administram suas pastas com a sensibilidade aguçada por objetivos eleitorais. Os governantes, por seu turno, quando pensam em “resultados” em segurança pública, apostam em projetos que permitam a capitalização política a curto prazo, desprezando todas as iniciativas que demandem um tempo maior de maturação. Na maior parte das vezes, autorizam as políticas na área sem que estas tenham sido selecionadas a partir de um diagnóstico competente e sem que elas próprias sejam um momento coerente dentro de um plano racional de segurança. Como tais iniciativas não são avaliadas, não é possível afirmar nada a respeito da sua eficácia.” (ROLIM, 2006, p. 38)

Como pode ser perceber, a cultura política no Brasil é tendenciosa e geralmente impulsiva, o que de fato impede a implementação de ações planejadas e eficazes no combate a criminalidade no país.

A seguir são abordados os aspectos pertinentes a inovação e difusão de medidas no âmbito da segurança pública nacional.

### **4.3 Inovação na segurança e sua difusão**

Infelizmente o Brasil tem fortes resistências quando se trata de implementar inovações que são comprovadamente eficazes para o desenvolvimento de políticas e medidas importantes para a segurança pública nacional. Segundo Rolim (2006)

‘No Brasil, em que pese alguns desses recursos e técnicas já serem parcialmente empregados pelas polícias, o fato inconteste é que as inovações observadas em grande parte dos países ocidentais — inclusive em alguns da América Latina, como o demonstra a experiência colombiana — não se difundiram no Brasil. Entre nós, em quase todas as situações em que aquelas inovações são aplicadas pelas polícias, percebe-se claramente que elas se encontram em posições secundárias, quando não isoladas do modelo tradicional de policiamento, que segue sendo amplamente hegemônico. (ROLIM, 2006, p. 39)

Considerando esta resistência que é um problema para inovação do sistema de segurança pública nacional, Rolim (2006) aborda cinco características importantes que auxiliam a compreender este tipo de mudança. Segundo o autor as seguintes questões devem ser analisadas:

“A vantagem relativa da inovação (as pessoas percebem a mudança como algo melhor para elas?);

A compatibilidade (a adoção exige uma mudança de valores ou de estilos de vida, ou é compatível com os valores e estilos já existentes?);

A complexidade (qual a dificuldade em entender e aplicar a inovação?);

A possibilidade de experimentação (a inovação pode ser testada ou exige uma adesão definitiva?);

A possibilidade de observação (as pessoas podem discernir as diferenças naqueles que adotam a inovação?).” (ROLIM, 2006, p. 40)

Como pode-se perceber, os cinco tópicos destacados anteriormente envolvem etapas de implementação de novos valores e diretrizes nas políticas de segurança pública. Trata-se, obviamente, de um processo complexo, assim como é o problema da criminalidade no Brasil, porém, percebe-se que o foco central consiste na conscientização de toda a sociedade a respeito da importância e urgência das inovações pertinentes a segurança pública nacional.

## **CONCLUSÃO**

O objetivo principal deste estudo foi desenvolver um levantamento teórico a respeito dos principais aspectos relacionados à gestão da segurança pública no Brasil, enfatizando a situação atual da segurança pública brasileira, tendências e perspectivas.

Neste sentido, no decorrer do estudo procurou-se identificar a origem e as principais causas da criminalidade no Brasil no contexto atual, e como pode-se perceber as causas da criminalidade são tão complexos quanto os problemas que estão envolvidos, principalmente pelo fato da diversidade de

crimes e os atores neles envolvidos. Porém, de modo geral, a criminalidade no Brasil é sustentada por dois tipos específicos de crimes: o tráfico de drogas e o crime organizado.

Também foram analisados alguns dos mais importantes princípios e diretrizes que orientam o Plano Nacional de Segurança Pública. Neste sentido, ficou evidente que o PSNP é fundamental para a expectativa de melhoramento da realidade atual da segurança pública brasileira, pois é uma forma de empreender medidas e ações de forma unificada e abrangente.

As medidas de combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado são amplas e envolvem aspectos estruturais dos órgãos responsáveis pelo combate à criminalidade, por meio de inovações tecnológicas e pelo empreendimento de ações rigorosas nos principais pontos de foco da criminalidade.

Com estas ações espera-se que os principais responsáveis pelo tráfico de drogas e pelo crime organizado sejam identificados e legalmente responsabilizado, assim como, pretende-se reduzir significativamente a entrada de drogas advindas de outros países. Além destes, esforça-se para estabelecer operações de repressão ao crime mais integradas e articuladas entre as forças públicas de segurança participantes.

Já por meio das ações de cunho normativo do PNSP espera-se obter uma capacidade jurídica punitiva do Estado ampliada e melhorada com a aprovação e sanção das propostas legislativas, com absorção das modernas tendências do direito e processo penal, além de inibir as práticas ilícitas com maior rigor e desenvolva-se um sistema pena mais eficaz e moderno.

No que se refere as medidas institucionais do PNSP, estas visam disponibilizar informações estatísticas que sejam confiáveis e comparáveis, oferecendo a possibilidade de desenvolver métodos de coletas de dados unificados e sistematizados em nível nacional.

Este tipo de investimento é significativamente importante pois possibilita a produção sistematizada de informações em todos os estados brasileiros, facilitando a ação dos órgãos executivos de segurança pública, tal como a polícia.

Além das informações da criminalidade na sociedade estas ações visam, também, estabelecer uma base de dados consistente a respeito do censo penitenciário, possibilitando o levantamento de índices estatísticos sobre a população carcerária do Brasil que podem ser utilizados em programas de prevenção e combate à violência.

A sistematização das informações sobre a criminalidade é de fato muito importante, não apenas para auxiliar os órgãos executivos de segurança, mas, também, para viabilizar o desenvolvimento de políticas de segurança pública devidamente planejadas e coerentes com a realidade atual da sociedade brasileira.

No tópico final desta pesquisa foram discutidos os desafios enfrentados para o melhoramento da segurança pública brasileira. Como pode-se perceber, o contexto brasileiro tem um problema muito sério de resistência a inovação de valores a respeito da segurança pública.

Esta resistência foi constatada no principal órgão executivo da segurança pública da sociedade, que é a instituição policial. Como demonstrado, estudos indicam que os valores culturais que circulam no âmbito da polícia são difíceis de serem renovados, devido aos condicionamentos de longos anos que vão se transformando em valores e ideais que passam a ser considerados mais importantes do que as próprias leis.

Percebeu-se que este tipo de resistência também está enraizado na sociedade e no nível político da sociedade.

No que se refere a resistência dos cidadãos, como observado, trata-se de valores do senso comum que normalmente são criados por experiências individuais e fragmentadas, além da pressão das mídias e do próprio desejo de se ver a justiça sendo cumprida em um contexto onde a criminalidade e violência atingem índices muito preocupantes.

Por fim considera-se que o presente estudo veio a cumprir adequadamente os objetivos propostos, podendo contribuir significativamente para futuros estudos sobre a segurança pública nacional e, mais especificamente, sobre o Plano de Segurança Pública Nacional, oferecendo informações específicas do mesmo.

No que se refere aos limites do presente estudo, considera-se que por ser uma pesquisa bibliográfica ela se restringe a análise específica de publicações teóricas, enfatizando apenas conceitos e estatísticas levantados neste universo.

Considerando esta limitação, propõe-se que os estudos seguintes possam relacionar as informações teóricas com estudos de casos práticos, possibilitando uma visão mais próxima da realidade sobre a criminalidade no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança**: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. 282 p. Tese (apresentada como exigência parcial para o Concurso de Livre-Docência em Ciências Humanas) – Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional De Segurança Pública**. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/PNSP%202000.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como reconhecer um bom policiamento**. São Paulo: Edusp. 2005.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de and SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Rev. Katálysis**, 2011, vol.14, n.1, pp. 59-67. ISSN 1414-4980

CORDNER, Gary W., FRASER, Craig B. e WEXLER, Chuck. **Research, Planning and Implementation**. in: William A. Geller (ed.), *Local Government Police Management*, Washington, D.C.: International City Management Association.

FREIRE, M. D. **Paradigmas de segurança no Brasil**: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, E. **Política e segurança pública**: uma vontade de sujeição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp. 2001.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROLIM, Marcos. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2006.

SALLA, F. Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Revista Lusotopie**, Paris, v. 10, p. 419-435, 2003.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade libertária**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

